ATA 01/2026

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

---------- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Arouca, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, sob a presidência do seu Presidente senhor Afonso Portugal Ferreira da Silva, e com a presença da primeira secretária senhora Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes e da segunda secretária senhora Sónia Isabel Cardoso de Pinho e restantes membros senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Ângelo Emanuel Quaresma Teixeira Campelo de Sousa, Inês Tavares Monteiro, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Luís Filipe Mendes Teles, Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, Óscar de Pinho Brandão, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, José Maria de Oliveira Ribeiro, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Maria Cristina de Oliveira Saavedra, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Maria de Fátima Pinto Gonçalves, Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo, Vasco Miguel Portugal Quaresma, Fernando Ilídio Moreira de Almeida, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Urrô, Várzea, e Presidentes das União das Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covelo de Paivó e Janarde.----------

----------Faltaram os senhores Francisco José da Costa Ferreira e Luís Carlos dos Santos Pereira. ----------

----------Do executivo municipal estiveram presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira, e os Vereadores senhores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho, Célia Regina Brandão Alves e Rui Filipe Vilar Gomes. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às catorze horas. ----------Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. ----------Em seguida foi elencada a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----------1.Período de intervenção dos senhores Munícipes.----------

----------2. Período de antes da ordem do dia.----------

----------2.1 – Correspondência. ----------

----------2.2 – Atas – Aprovação. ----------

----------2.3 – Intervenção dos senhores membros da Assembleia Municipal.----------

----------3. Período da Ordem do Dia. ----------

----------3.1 – Demonstração do desempenho orçamental – Integração de saldo de execução Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano.----------

----------3.2 – Plano Diretor Municipal – Medidas Preventivas e Suspensão. ----------

---------- 3.3 – Carta Educativa de Arouca. ----------

---------- 3.4 – Apoio às Freguesias – Cedência de Equipamentos Municipais.----------

---------- 3.5 – Loteamento Industrial de S. Domingos – Fase 2 – Desafetação de Parcelas de Terreno. ------

---------- 3.6 – Compromissos Plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – Declaração. ----------

---------- 3.7 – Informação da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e sobre a Situação Financeira do Município.----------

---------- 3.8 – Regimento – Alteração e Aprovação.----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES**: ----------

---------- Neste ponto não se registaram intervenções.----------

---------- **2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**:----------

---------- **2.1 – CORRESPONDÊNCIA:** ----------

---------- Foi dada nota da correspondência recebida, que oportunamente foi dada a conhecer por e-mail aos membros desta Assembleia. No entanto tornou-se público um e-mail enviado, pelos munícipes Olga Ferreira, Olga Noronha e José Carlos Noronha, que assim o solicitaram, tecendo um elogio e agradecimento pelo cuidado e atenção dedicados à aldeia da Paradinha, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo.----------

---------- **2.2 – ATAS – APROVAÇÃO:** ----------

---------- Foi submetida a discussão a ata número 7/2025. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi posta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções (ausência na reunião a que a ata diz respeito). ----------

---------- **2.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**:----------

---------- Antes de passar a palavra aos membros da Assembleia o senhor Presidente informou, em primeiro lugar, da renúncia do senhor Sérgio Azevedo ao mandato de membro da Assembleia Municipal, por motivos de ordem profissional. De seguida, informou do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo senhor Luís Almeida, por um período de 30 dias, por motivo de falecimento da sua mãe. Por fim, comunicou a criação do endereço eletrónico presidente.am@cm-arouca.pt, destinado ao contacto direto com o Presidente da Assembleia Municipal, o qual se encontra também atento á página da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. ----------

---------- Pediram para intervir os membros senhores Fátima Pinho, Artur Miler, Vasco Portugal, José Maria Ribeiro, Luís Fevereiro, Inês Tavares e Pedro Bastos.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Fátima Pinho** esta após cumprimentar todos, interveio sobre as dificuldades que várias associações têm enfrentado no novo processo de candidatura relativo ao regulamento do associativismo. Assinalou que o procedimento é considerado excessivamente burocrático e exigente, sobretudo

para dirigentes que exercem funções de forma voluntária, e destacou os obstáculos na adaptação à plataforma eletrónica. Recordou que estas preocupações já tinham sido levantadas na Assembleia anterior, alertando para a necessidade de não transformar o rigor em entraves. Com o prazo de candidaturas a terminar em 31 de março, questionou o Executivo sobre o apoio técnico efetivamente disponibilizado e sobre as medidas adotadas para garantir que nenhuma associação seja prejudicada nesta fase de transição. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta após cumprimentar todos, esclareceu que as alterações ao regulamento e a criação da nova plataforma visam estruturar uma rede de associativismo e facilitar a circulação de informação, reconhecendo que a fase inicial pode ser mais exigente. Reafirmou que nenhuma associação ficará para trás e que já foram enviadas orientações para apoiar a adaptação. Informou que estão previstas sessões de formação nos próximos dias, podendo ser realizadas mais sempre que necessário, garantindo que o município acompanhará todas as associações de acordo com as suas necessidades específicas.

----------Solicitou novamente a palavra a senhora **Fátima Pinho** que após lhe ter sido concedida, pediu um esclarecimento direto, reconhecendo as sessões formativas anunciadas, mas insistindo em saber se o Executivo garante que nenhuma associação será prejudicada na obtenção de financiamento caso a plataforma falhe ou alguma entidade não consiga adaptar-se ao novo procedimento. Recordou que o regulamento não prevê um regime transitório e questionou se, perante dificuldades, poderão ser aceites candidaturas apresentadas ao abrigo do regulamento anterior. Solicitou uma resposta clara sobre esta salvaguarda.----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que o município irá apoiar as associações, mediante articulação prévia, destacando a realização de sessões de formação para esclarecimento de dúvidas e identificação de dificuldades. Sublinhou que o regulamento deve ser cumprido, devendo eventuais constrangimentos ser comunicados para acompanhamento. ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miler** saudando todos, e apresentando dois problemas persistentes na vila: o estacionamento e o estado do Palácio da Justiça. Criticou a desorganização evidente na Alameda D. Domingos Pinho Brandão, com estacionamento indevido, bloqueios e falta de fiscalização, questionando que medidas concretas o município pretende adotar. Alertou que a redução de lugares, sem fiscalização eficaz, prejudica residentes e comércio local. Referiu ainda que o sistema de smart parking pode fornecer dados, mas não substitui a fiscalização no terreno. Sobre o Palácio da Justiça, considerou preocupante a degradação do edifício e perguntou que diligências o Executivo tem feito junto do Ministério da Justiça e que respostas obteve, reafirmando a disponibilidade do PS para colaborar na pressão institucional necessária. ----------

----------Tendo sido dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta reconheceu a necessidade de mais estacionamento, explicando que a plataforma Smart Parking ajudará a compreender melhor a ocupação, mas sublinhou que o problema atual é sobretudo de fiscalização, competência da GNR, à qual o município tem

pedido maior atuação. Sobre o Palácio da Justiça, afirmou que o município tem pressionado o Ministério da Justiça desde o mandato anterior, informando que o projeto de execução está concluído e em revisão, e que foi recentemente enviado novo ofício a pedir esclarecimentos sobre o início das obras, consideradas urgentes devido ao estado de degradação do edifício. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **Artur Miler,** sublinhando que grande parte do estacionamento indevido é praticado por visitantes, sobretudo ao fim de semana, alertando para o risco de se criar a perceção de tratamento desigual entre quem vive e trabalha na vila e quem apenas a visita em lazer. Defendeu que esta realidade contraria os objetivos do arranjo urbanístico e deveria ter sido ponderada aquando da obra. Sobre o Palácio da Justiça, reafirmou que continuará a fazer a sua parte para pressionar o Governo, garantindo total disponibilidade para colaborar com a senhora Presidente nessa reivindicação, reconhecendo o maior peso institucional do cargo, mas assegurando o seu compromisso pessoal.----------

---------- Dada a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, reiterou que o município tem pressionado o Ministério da Justiça desde o mandato anterior e que continua a acompanhar o processo de perto. Voltou a referir também que o projeto de execução para o Palácio da Justiça está concluído e em fase de revisão, sendo agora necessário que o Ministério lance a empreitada. Reforçou que o município tem feito tudo o que lhe compete e que toda a ajuda institucional é bem-vinda.----------

---------- Interveio o senhor **Vasco Portugal** que após cumprimentar todos, destacou a participação do Arouquense Nuno Silva no Rally Dakar, valorizando a projeção do concelho. Referiu depois o mau estado de várias vias, admitindo que o mau tempo agravou a situação e que será necessário avaliar o que resulta desses danos e o que já era anterior. Focou-se na falta de segurança na estrada municipal 519, agravada pelo aumento de trânsito pesado após a construção da variante entre a A32 e Escariz, que tem provocado acidentes e riscos para moradores. Defendeu como solução estrutural a conclusão da variante entre Rossio e Escariz, prevista há décadas, mas apenas parcialmente executada. Perguntou à senhora Presidente se pode assumir uma data para a conclusão da via e se pondera aplicar medidas provisórias sugeridas pela Junta de Escariz, como condicionamentos e desvios para retirar o tráfego pesado da zona mais crítica (Alagoas e Abelheira).----------

---------- Tendo sido dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta reconheceu que o mau tempo agravou significativamente o estado das vias municipais e informou que as equipas já iniciaram reparações, embora estas levem tempo. Sobre o aumento de trânsito pesado na estrada que atravessa a zona do Rossio, explicou que os serviços analisaram a situação e que, na próxima reunião de Câmara, serão apresentadas três propostas de condicionamento de trânsito para mitigar o problema, incluindo auscultação da AECA. Recordou que o município reiniciou a obra da variante interna Rossio–Abelheira, considerada estratégica, cujo projeto de execução está em curso com ajustes no traçado final até ao nó de Escariz. Sublinhou que a obra é prioritária,

envolve vários milhões de euros e está a ser financiada apenas pelo orçamento municipal, sem apoios externos. Garantiu que será concluída e manifestou desejo de a terminar ainda no atual mandato. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro** saudando todos e apresentando várias questões. Começou por alertar para o facto de as estradas Espiunca–Serabigões e Cabreiros estarem cortadas há cerca de dois meses, causando grandes transtornos às populações, sublinhando que estes problemas são anteriores ao mau tempo e pedindo explicações e prazos de resolução. Referiu também o impacto da obra prolongada na Rua Dr. Arnaldo Lhamas, junto ao tribunal, e pediu uma previsão para a sua conclusão. Questionou se existe algum pedido de instalação de aerogeradores na Freguesia de Santa Eulália e qual o seu estado. Retomou o tema do armazém municipal de S. Domingos, perguntando quando será substituído o telhado em amianto e se a bomba de combustível já está legalizada. Por fim, criticou a ineficiência da recolha de lixo no concelho, questionando a fiscalização da Câmara à empresa, a necessidade de aumentar pontos de recolha e quem é responsável pela limpeza e correta colocação dos contentores, dado o lixo frequente à volta dos ecopontos e o mau estado dos próprios contentores. ----------

----------Tendo-lhe sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** inicia a sua intervenção dando nota do nosso atleta no Dakar, referência na intervenção anterior por parte do Vasco e que muito nos orgulha, não só a participação, que só por si já é exemplar, mas também a prestação que ele teve. A senhora Presidente explicou que as obras nas estradas de Espiunca–Serabigões e Cabreiros ainda não avançaram porque os concursos públicos ficaram desertos, obrigando a repetir procedimentos, o que atrasa a adjudicação. Reconheceu os transtornos das obras no espaço urbano, agravados pelo mau tempo, e indicou que os prazos terão de ser prorrogados. Disse não existir qualquer pedido conhecido de eólicas em Santa Eulália. Sobre o armazém municipal, informou que as bombas de combustível estão legalizadas e que está em curso um procedimento para melhorar as infraestruturas, lembrando que foi adquirido um armazém contíguo que também precisa de obras. Quanto à recolha de lixo, admitiu falhas, sobretudo nos ecopontos da responsabilidade da ERSUC, e garantiu que a Câmara tem reforçado a fiscalização e exigido o cumprimento do caderno de encargos, incluindo a substituição de contentores degradados. ----------

----------Interveio novamente o senhor **José Maria Ribeiro** agradecendo as respostas da senhora Presidente, considerando que algumas ficaram apenas parcialmente esclarecidas. Manifestou surpresa quanto à questão dos aerogeradores em Santa Eulália, afirmando ter recebido de um munícipe, documentação relativa à cedência de terrenos para esse fim. Alertou que poderão estar a decorrer iniciativas sem conhecimento do município, pedindo atenção para a situação. ----------

----------Dada a palavra a senhora **Presidente da Câmara** explicou que as empresas podem contactar proprietários antes de apresentarem pedidos formais ao município, como acontece também com a central

fotovoltaica. Reiterou que não existe qualquer pedido de licenciamento para instalação eólica e que, por isso, não tem conhecimento oficial do processo. Admitiu que a documentação possa ter dado entrada recentemente e informou que o vereador irá verificar. Sugeriu que a mesa formalize um pedido aos serviços, garantindo total disponibilidade para apresentar o ponto de situação assim que haja informação confirmada. ----------

---------- Interveio o senhor **José Luís Fevereiro,** Presidente da Junta de Freguesia de Chave, saudando todos, agradecendo ao município a recuperação do edifício de Chave, destinado à saúde familiar, sublinhando a importância do equipamento para a população. Interveio depois sobre o projeto da Central Fotovoltaica de Arouca, apresentando as principais reservas que submeteu em consulta pública, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Considerou duvidosa a sustentabilidade económica da central e defendeu a inclusão de soluções de armazenamento. Criticou a dimensão excessiva do projeto e o impacto territorial, sugerindo contrapartidas de reflorestação. Manifestou preocupação com o transporte de energia por linhas aéreas, propondo alternativas subterrâneas mais resilientes. Defendeu um modelo energético híbrido, combinando fotovoltaico com outras formas de produção e armazenamento. Assinalou o reduzido impacto socioeconómico local e a incompatibilidade do projeto com a estratégia de Arouca assente na paisagem e no turismo de natureza. Concluiu que, tal como está concebido e localizado, o projeto não é compatível com o desenvolvimento sustentável do concelho.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta agradeceu o reconhecimento relativo à requalificação da extensão de saúde de Chave, informando que o espaço entrará em funcionamento na segunda-feira, com presença permanente de um administrativo e várias valências, como podologia, saúde comunitária, saúde mental, terapia da fala e terapia ocupacional. Reafirmou o objetivo de garantir o regresso de um médico, conforme as necessidades identificadas. ----------

---------- Sobre a central fotovoltaica, esclareceu que o processo se encontra numa fase muito inicial e que o que está em análise é apenas a definição do âmbito. Referiu que foram submetidas muitas participações na consulta pública e que algumas foram também enviadas diretamente ao município. Sublinhou que esta não é uma discussão “a favor ou contra” energias renováveis, mas sim uma fase de identificação rigorosa dos aspetos que devem ser estudados. Recordou que o PDM não permite projetos que causem prejuízos ao território. Explicou ainda que a área total de intervenção é muito extensa e que o município exigirá uma análise técnica rigorosa, garantindo que não haverá prejuízo para as populações nem para o território.Dada a palavra à senhora **Inês Monteiro**, esta após cumprimentar todos destacou a atribuição do Selo de Qualidade Rafting a três empresas do concelho, valorizando o contributo para a segurança e para a qualificação das atividades de águas bravas. Felicitou as empresas e o município e perguntou se o selo poderá ser alargado a outras entidades e como será assegurada a continuidade da iniciativa. Referiu ainda a distinção de Arouca como Autarquia Voluntária,

sublinhando a importância do voluntariado, e questionou de que forma o município poderá reforçar a valorização do voluntariado no concelho.----------

----------Tendo sido dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta agradeceu as questões colocadas e explicou que o Selo de Qualidade Rafting resulta de um trabalho muito participado, baseado num manual técnico elaborado pelo município e aprovado pela Federação Portuguesa de Canoagem, que hoje serve de referencial nacional para as atividades de águas bravas. Referiu que o município tem promovido formações certificadas para empresas e bombeiros, reforçando a segurança e a qualificação do território, e afirmou que o processo terá continuidade, prevendo que mais empresas venham a obter o selo. Relativamente ao voluntariado, destacou o investimento do município na comunicação e sensibilização, bem como projetos de referência como a Voz Amiga. Recordou a existência do Banco de Voluntariado, aberto a todos os cidadãos, e sublinhou a importância da participação comunitária, agradecendo por ter trazido o tema.----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** saudando todos, e retomando questões já colocadas no mandato anterior, solicitando esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo de cadastro e regularização de propriedades (montes, terrenos, quintas, minas e poços), referindo não ter recebido informação atualizada e pedindo que a senhora Presidente indique eventuais soluções. Reiterou a necessidade de atualizar a postura de trânsito e corrigir sinalização que considera incorreta, afirmando que tal situação favorece estacionamento abusivo e limita a atuação das entidades fiscalizadoras. Assinalou ainda que o estacionamento na Alameda não cumpre a postura nem as regras de sinalização. Por fim, alertou para o problema persistente na EB 2/3 de Arouca, onde a obra realizada não contemplou uma entrada adequada para viaturas de emergência, situação agravada pelo estacionamento desordenado, sobretudo em dias de chuva. Considerou que a solução é simples e que o problema se mantém há demasiado tempo.----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** esta informou que o processo de cadastro, possivelmente relacionado com as minas e à água, já foi iniciado pelos serviços municipais, embora seja um procedimento complexo e demorado. Relativamente ao estacionamento, reconheceu que existem situações de confusão e que o Vereador António Carlos Duarte está a identificar eventuais inconformidades que poderão justificar uma revisão da postura municipal de trânsito. Sobre a EB2/3, recordou que a escola está certificada pelo Ministério da Educação e cumpre todos os requisitos. Referiu que, apesar de ocorrer alguma confusão no trânsito envolvente, não há irregularidades estruturais. Esclareceu que a escola é inclusiva e que todos os alunos entram pela porta principal. Admitiu, contudo, que a rua traseira fica frequentemente ocupada por veículos, podendo dificultar o acesso de viaturas de emergência. Informou que esta situação será revista, sobretudo tendo em conta um projeto em análise no Urbanismo, prevendo-se intervenções futuras, caso as mesmas sejam viáveis.----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Pedro Bastos** para esclarecer que, embora a escola tenha sido certificada por uma entidade competente, as condições à volta do edifício mudaram desde então. Ele apontou que, apesar da senhora Presidente afirmar que todos os alunos entram pela parte da frente, existem casos excecionais em que alguns alunos utilizam a entrada lateral, o que considera positivo.----------

---------- Interveio o senhor **José Maria Ribeiro** pedindo esclarecimentos sobre a situação da Quinta do Reguengo, referindo que as obras continuam no local. Recordou que ali funcionava um projeto social na área da saúde mental, cujos participantes terão sido enviados para casa sem informação posterior às famílias. Mencionou ainda que existiam ovelhas associadas ao projeto, que desapareceram sem explicação. Considerou que, tendo o território recebido uma verba significativa para fins sociais, estes factos, a confirmarem-se, não correspondem a um procedimento adequado. Solicitou, por isso, esclarecimentos sobre o ponto de situação do projeto.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** esta esclareceu que a requalificação da Quinta do Reguengo está na fase final e que o espaço acolherá um projeto na área da saúde mental. Explicou que, em paralelo, decorreu uma candidatura destinada a preparar a transição para este novo equipamento, integrando várias iniciativas semelhantes a outros projetos municipais. Referiu que a informação disponível indica corretamente que o projeto foi financiado no âmbito das Comunidades Desfavorecidas e que terá continuidade no Portugal 2030. Sublinhou que se trata de um projeto de grande mérito, mas muito exigente, que requer financiamento adequado e equipas especializadas, estando vários concursos abertos para recrutamento de técnicos e terapeutas. Garantiu que todos os procedimentos legais e administrativos estão a ser cumpridos e destacou a responsabilidade assumida pelo município ao desenvolver projetos inovadores na área da saúde mental. Concluiu manifestando o desejo de ver os membros da Assembleia presentes na futura inauguração, para conhecerem a dimensão e profundidade do trabalho em curso.----------

---------- Usou da palavra o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia, Afonso Portugal,** afirmando que o projeto de instalação de energia fotovoltaica constitui uma oportunidade relevante para o concelho, defendendo que eventuais posições contrárias devem ser fundamentadas em argumentos sólidos. Referiu que a iniciativa pode contribuir para uma alteração positiva na gestão do território, permitindo reduzir a dependência do eucalipto, embora reconhecendo que alternativas florestais mais sustentáveis demoram muitos anos a crescer. Destacou que o modelo proposto assegura uma proteção acrescida da área envolvente, com responsabilidades atribuídas ao Parque Fotovoltaico e aos proprietários vizinhos. Abordou ainda aspetos económicos, mencionando valores indicativos que evidenciam a dimensão do investimento e a necessidade de uma análise rigorosa. Concluiu, sublinhando que, tanto o investidor como os proprietários terão um papel importante na valorização e gestão responsável do território. ----------

----------Interveio o senhor **Luís Fevereiro, Presidente da Junta de Freguesia de Chave,** cumprimentando todos e alertando que o projeto não é economicamente rentável, referindo que muitas centrais fotovoltaicas são obrigadas a desligar-se quando o preço de mercado não compensa a produção. Considerou que os ativos usados para financiamento não refletem a realidade atual. Recordou uma abordagem feita por investidores há alguns anos para aquisição de grandes áreas de terreno, sublinhando que não é contra o desenvolvimento, desde que não prejudique a visão de Arouca enquanto território turístico. Questionou ainda porque motivo as entidades governamentais não investem mais na proteção da floresta. Concluiu afirmando que não pretende ser visto como alguém "do contra", mas como alguém preocupado com decisões responsáveis. ----------

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão** que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos e esclareceu que a posição anteriormente expressa por um membro do PSD corresponde a uma opinião pessoal, não vinculando o partido. Reforçou que o PPD/PSD continuará a acompanhar este processo, que considera delicado e complexo, com sentido de responsabilidade, e que se pronunciará formalmente nos órgãos competentes sempre que tal for solicitado. Sublinhou o respeito pelas opiniões expressas pelo senhor Presidente Afonso Portugal e pelo autarca senhor José Luís Fevereiro, mas reiterou que são posições individuais. Concluiu afirmando que o partido estará presente e atuará no momento próprio, de forma responsável.----------

----------Seguidamente foi apresentada uma moção de solidariedade para com as populações e Municípios afetados pelas recentes tempestades, subscrita por todos os partidos, com exceção do CHEGA, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

----------Posta à votação, por braço no ar, foi aprovada por unanimidade. ----------

----------**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:----------

----------**3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – INTEGRAÇÃO DE SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO:** ------ ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que explicou que a revisão resulta da integração do saldo da execução orçamental, no valor de cerca de 12 milhões de euros, permitindo a sua incorporação nas respetivas rubricas. Referiu que grande parte dessas verbas já se encontrava prevista no Orçamento e nas GOP, estando agora a ser devidamente cabimentada. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** colocando três questões relativas à demonstração do desempenho orçamental, solicitando esclarecimentos sobre se o saldo apresentado reflete integralmente o risco associado às receitas por cobrar, se a revisão proposta incorpora a avaliação da probabilidade de cobrança das dívidas e se o grau de compromisso plurianual se encontra totalmente refletido no documento. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** esta esclareceu que a identificação dos investimentos em atraso consta de outro ponto da ordem de trabalhos e que a demonstração do desempenho orçamental em análise se destina exclusivamente a integrar o saldo nas respetivas rubricas, incluindo a criação de uma nova rubrica necessária para permitir despesa num projeto que não estava devidamente identificado. Acrescentou que as dívidas não estão incluídas no saldo apresentado e manifestou alguma reserva quanto a ter compreendido integralmente as questões colocadas, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos adicionais caso necessário. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão** assinalando que o ponto em apreciação corresponde a um procedimento formal previsto na lei, sem objeções a registar. Contudo, considerando o valor substancial transitado de um ano para o outro, solicitou que a senhora Presidente da Câmara esclarecesse quais os projetos que não foram executados e que permaneceram apenas previstos, entendendo que essa informação é essencial para a Assembleia Municipal.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que respondeu que esses esclarecimentos constarão do relatório de atividades a apresentar na próxima sessão, onde será analisada a taxa de execução. Explicou que o saldo transitado resulta não só de não execução, mas também de atrasos em obras estruturantes com dotações significativas, o que impede a realização de autos e o recebimento das respetivas receitas. Indicou algumas intervenções afetadas por atrasos, como o Parque de Saúde, os Viveiros da Granja, o Ecocentro de Arouca, a Quinta do Reguengo, a Biblioteca Municipal e o Parque de Campismo do Merujal, justificando-os por dificuldades de contratação, condições meteorológicas e outros constrangimentos. Concluiu afirmando que todas as informações serão detalhadas no relatório de atividades e manifestou expectativa de que as obras estejam executadas até ao final de 2026. ----------

---------- Posto à votação, por braço no ar, o documento foi aprovado por maioria, registando-se doze abstenções. - ----------

---------- **3.2 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL – MEDIDAS PREVENTIVAS E SUSPENSÃO:** ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia dá a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto, começando por explicar que a zona de servidão do espaço-canal da variante caducou por decurso do prazo legal sem avanço do projeto, não sendo possível nova prorrogação. Com a caducidade, o solo deixou de estar protegido para fins rodoviários, podendo ser alvo de licenciamentos incompatíveis. Torna-se, por isso, necessária uma primeira alteração ao PDM, através de medidas preventivas válidas por dois anos, destinadas exclusivamente a salvaguardar o espaço-canal até à conclusão da revisão. Informou que a CCDR emitiu parecer favorável e sublinhou a urgência da aprovação. ----------

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão** que declarou o voto favorável do PSD, reconhecendo a importância estratégica da variante e a conformidade jurídica das medidas preventivas. Contudo, questionou porque motivo não foi acautelada atempadamente a proteção do espaço-canal, pedindo esclarecimentos sobre as razões que conduziram à caducidade e sobre a eventual existência de edificações no período em que a servidão esteve caduca. Recordou ainda que, em 23/06/2025, foi feita uma correção material ao PDM, questionando se houve falha ou desatenção no processo. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que a variante não é uma obra municipal e que, quando a caducidade foi publicada, o PDM já estava aprovado. Afirmou que o município, desde a primeira hora, contactou os Ministros das Infraestruturas e da Economia e reuniu com o IP para tentar encontrar uma solução jurídica que evitasse a perda de proteção do espaço-canal. Explicou que foi o IP a indicar que a única solução possível seria uma alteração ao PDM, razão pela qual o município está agora a aprovar medidas preventivas, assumindo uma responsabilidade que não lhe competia originalmente. ----------

----------Por fim, a senhora Presidente pediu ao senhor Presidente da Mesa autorização para que a Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território Adélia Almeida, que acompanhou diretamente o processo, pudesse reforçar e clarificar os aspetos técnicos envolvidos. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Óscar Brandão** afirmando que as questões colocadas pelo PSD são de natureza política e não técnica, devendo isso ficar registado. Considerou que a senhora Presidente não respondeu às questões políticas formuladas e reiterou que o objetivo é salvaguardar o futuro de uma infraestrutura estratégica para o município.----------

----------Dada a palavra a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que o Executivo também assumiu a sua posição política, garantindo ter atuado desde a primeira hora para defender os interesses do município. Reconheceu, contudo, que existem igualmente aspetos técnicos relevantes para a compreensão do processo. --

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território Adélia Almeida, salientando que as dimensões política e técnica são interdependentes, uma vez que as decisões políticas resultam da análise técnica disponível. ----------

----------Usando da palavra, a Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território **Adélia Almeida** esclareceu que, durante a revisão do PDM, a Comissão Consultiva — incluindo a Estradas de Portugal — determinou que o corredor da variante deveria constar obrigatoriamente na planta de condicionantes, o que foi corretamente transposto para o PDM. Após o parecer final e aprovação do PDM, verificou-se a caducidade dessa reserva de espaço. O IP informou então que a salvaguarda do corredor teria de ser assegurada através de uma alteração ao PDM. O município solicitou parecer às entidades competentes e preparou a proposta agora

apresentada, que visa garantir a proteção do corredor na planta de ordenamento, passando essa responsabilidade para o município. Sublinhou que o traçado da variante sempre constou tanto nas condicionantes como no ordenamento, variando apenas a entidade responsável pela sua salvaguarda. ----------

---------- Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** que após cumprimentar todos, afirmou que a decisão é estratégica para o futuro de Arouca e acompanha o parecer favorável da CCDR-Norte. Recordou que as dificuldades de acessibilidade são identificadas desde 1995 como o principal entrave ao desenvolvimento e que falta concluir o último troço da variante, essencial para competitividade, segurança e coesão territorial. Alertou que a caducidade da servidão poderia permitir intervenções urbanísticas que inviabilizassem a obra, pelo que o município age corretamente ao salvaguardar o espaço-canal. Referiu que a variante está prevista no PDM, integra a rede estruturante e é considerada prioritária pelo Governo. Reafirmou o compromisso do PS com melhores acessibilidades e defendeu a aprovação unânime das medidas, apelando à continuidade da pressão institucional para que a obra avance. ----------

---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** reitera que o município e a equipa municipal têm feito tudo ao seu alcance para garantir que a obra da variante tenha futuro. Sublinhou que agora se espera que as entidades responsáveis pela execução da infraestrutura concretizem os compromissos assumidos e avancem efetivamente com a obra.----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** declarando ser favorável à salvaguarda do espaço-canal da variante, reconhecendo a sua importância estratégica para o concelho. Considerando, contudo, que dada a relevância da matéria, as decisões devem ser tecnicamente proporcionais, juridicamente claras e transparentes, apresentando várias questões para esclarecimento. Questionou os critérios técnicos que determinaram a delimitação da área sujeita a medidas preventivas, por considerar que a extensão de 286,84 hectares é muito significativa e deve obedecer ao princípio da proporcionalidade. Manifestou também dúvidas quanto à suspensão parcial do PDM, pedindo garantias de que as normas suspensas se limitam ao estritamente necessário para salvaguardar o corredor e não produzem efeitos colaterais sobre usos legítimos do solo, recordando que a CCDR-Norte exigiu precisão na identificação das disposições suspensas. Referiu ainda que, embora a lei dispense a discussão pública, a ausência desse momento reforça a necessidade de maior transparência e divulgação de informação às freguesias e proprietários afetados. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o âmbito da primeira alteração ao PDM, defendendo que deve restringir-se exclusivamente à salvaguarda do espaço-canal e que quaisquer outras alterações materiais devem seguir procedimentos próprios e discussão pública autónoma. Reafirmou que a variante merece consenso, mas que as decisões associadas devem ser inequívocas e devidamente fundamentadas. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que a área delimitada para as medidas preventivas é exatamente a mesma que já constava no PDM e cumpre os critérios legais. Referiu que esta salvaguarda é necessária enquanto não houver revisão do projeto da variante, cuja atualização o município tem reiteradamente solicitado à Infraestruturas de Portugal. Informou que a proposta incorpora todas as recomendações da CCDR-Norte, incluindo a identificação precisa das normas suspensas. Acrescentou que a primeira alteração à segunda revisão do PDM não altera classificações de solo, integrando apenas adaptações obrigatórias decorrentes de alterações legislativas recentes, ajustes à REN, incorporação do programa de gestão de fogos rurais e correções de erros materiais, garantindo que o PDM se mantém atualizado e não condiciona o avanço da variante.----------

----------Solicita novamente a palavra o senhor **Pedro Bastos** que após lhe ter sido concedida, esclarece a aparente contradição entre a afirmação de que não existe alteração de classificação de solo e a referência a alterações em peças desenhadas do PDM, considerando que qualquer ajuste de delimitações poderia configurar alteração de classificação. ----------

----------Dada a palavra a senhora **Presidente da Câmara** responde que o tema é tecnicamente complexo e que os ajustes referidos dizem respeito apenas à REN, decorrentes da atualização da respetiva carta, não implicando alterações de classificação de solo. Para maior rigor técnico, solicitou à Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, Adélia Almeida, que prestasse esclarecimentos adicionais.----------

----------Após ter sido autorizada pelo senhor Presidente da Mesa, a Chefe de Divisão **Adélia Almeida** esclarece que estavam a ser confundidos dois processos distintos: as medidas preventivas e a primeira alteração ao PDM, sublinhando que apenas o primeiro estava em apreciação. Explicou que as medidas preventivas são um procedimento simples e urgente, destinado exclusivamente a salvaguardar o espaço-canal definido pela Infraestruturas de Portugal, transpondo para o ordenamento exatamente a mesma área que antes constava como servidão na planta de condicionantes. Indicou que, para impedir edificações incompatíveis com a futura via, é necessário suspender temporariamente as normas de edificabilidade das categorias de solo abrangidas, conforme previsto no documento e validado pela CCDR-Norte. Esclarece ainda que a primeira alteração ao PDM segue um processo autónomo, mais longo e com discussão pública obrigatória, encontrando-se ainda em fase técnica e não em apreciação política. Essa alteração incluirá ajustes decorrentes de legislação recente, pequenas correções materiais e atualizações à REN, mas não envolve alterações de classificação de solo. Conclui reforçando que, neste momento, o único objetivo é garantir, através das medidas preventivas, a proteção do espaço-canal necessário à futura construção da variante.----------

----------Durante a fase final da discussão, o senhor **Pedro Bastos** solicitou novamente a palavra para prestar esclarecimentos adicionais. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa não a concedeu, entendendo que a matéria se encontrava suficientemente debatida e esclarecida e que apenas lhe restavam seis segundos, anunciando assim o encerramento da discussão.----------

---------- Procedeu-se de seguida à votação da proposta, por braço no ar, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa informou ainda que, caso algum deputado pretendesse apresentar declaração de voto, esta deveria ser entregue por escrito para posterior leitura em sessão.----------

---------- **3.3 – CARTA EDUCATIVA DE AROUCA**: ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que apresentou a Carta Educativa como um instrumento estratégico, resultante de um diagnóstico participado, orientado para a racionalização de recursos, coesão territorial e resposta aos desafios demográficos. Destacou que o documento valoriza a qualidade das infraestruturas e da oferta educativa, está alinhado com a descentralização de competências e integra análises e eixos estratégicos como ensino profissional, educação não formal, transportes, transição digital, inclusão, saúde mental e identidade territorial. Referiu que é um documento dinâmico, sujeito a monitorização contínua, que obteve parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e foi submetido ao Ministério da Educação. ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho** corrigindo que o Conselho Municipal de Educação apenas emite parecer e não aprova a Carta Educativa. Considerou que, apesar do rigor técnico, o documento traduz uma demissão política, usando dados demográficos para justificar decisões passadas, nomeadamente o encerramento de escolas, que classificou como resultado de opções políticas e não de inevitabilidade. Criticou a ausência de uma estratégia municipal para contrariar o declínio dos territórios mais frágeis e afirmou que a Carta privilegia a racionalização, mas aborda pouco a justiça territorial e a coesão social. Questionou a falta de avaliação dos impactos dos encerramentos, a inexistência de estratégias diferenciadas para as freguesias mais afetadas e a falta de ambição em usar a educação como motor de desenvolvimento local. Concluiu que o documento valida opções antigas em vez de apontar novos caminhos. ----------

---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, responde afirmando que a intervenção da deputada não correspondia ao conteúdo da Carta Educativa. Reforça que o município de Arouca realizou a requalificação de todos os polos escolares e que nunca encerrou qualquer escola no concelho, esclarecendo que essa competência pertence ao Ministério da Educação. Refere que o município sempre defendeu a manutenção das escolas nas comunidades, dando como exemplo o polo de Mansores, e sublinha que o documento apresentado identifica eixos estratégicos e ações concretas definidas pelo setor educativo, não sendo elaborado

apenas pelos serviços municipais. Acrescenta que a Carta Educativa constitui um instrumento estratégico que apoia o desenvolvimento de projetos e o acesso a financiamento.----------

----------Volta a intervir a senhora **Fátima Pinho**, esclarecendo que não afirmou que o município encerrou escolas, mas sim que a ausência de estratégia municipal contribuiu para decisões políticas tomadas por outras entidades. Acrescentou que, apesar de o documento ter sido construído com contributos do setor educativo, não integrou de forma suficiente estruturas políticas locais e outras associações que, no seu entendimento, deveriam ter participado. Concluiu que a participação não foi abrangente e reiterou que a falta de visão estratégica do executivo é visível no processo. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** reafirmou a sua discordância relativamente às críticas apresentadas, considerando que não correspondem à realidade do processo. Sublinhou que o documento cumpre integralmente os requisitos legais e metodológicos aplicáveis. Acrescentou ainda que a Assembleia Municipal esteve representada, através dos seus membros, nos órgãos que acompanharam e participaram no processo de elaboração.----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** manifestando protesto pela forma como lhe foi negada a palavra no ponto anterior, considerando que tal constituiu violação dos direitos previstos na lei e no regimento, uma vez que a gestão do tempo pertence a cada grupo municipal. Anunciou que irá apresentar voto de protesto por escrito à Mesa e às entidades competentes. ----------

----------Relativamente à Carta Educativa, reconheceu o trabalho técnico desenvolvido e a importância estratégica do documento, mas considerou necessário esclarecer aspetos essenciais para garantir a eficácia da sua aplicação futura. Questionou que medidas previstas dispõem já de enquadramento financeiro e se existe correspondência entre o documento e o plano plurianual de investimentos; pediu clarificação sobre a calendarização e prioridade das intervenções; solicitou informação sobre os indicadores concretos de monitorização, a periodicidade da avaliação e o envolvimento da Assembleia Municipal; perguntou se foram equacionados cenários alternativos caso as projeções demográficas não se confirmem e que mecanismos de ajustamento da rede estão previstos; e solicitou esclarecimentos sobre eventuais impactos indiretos na organização da rede escolar, nomeadamente ao nível do redimensionamento ou reconfiguração de estabelecimentos. Concluiu afirmando que estas questões visam reforçar a robustez e eficácia do instrumento, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento do concelho.----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** solicitou esclarecimento quanto ao voto de protesto apresentado pelo senhor Pedro Bastos, registando que o grupo municipal dispunha somente de seis segundos do tempo atribuído.------ ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta responde explicando o funcionamento previsto para a monitorização da Carta Educativa. Referiu que o documento identifica metas e indicadores por eixo de intervenção e que a avaliação será realizada sempre que necessário, permitindo ajustar medidas caso se verifiquem desvios. Destacou que, apesar de o município possuir um parque escolar de elevada qualidade, subsistem necessidades de requalificação e modernização, nomeadamente na Escola Básica e Secundária de Escariz, cujo processo se encontra em fase final de preparação. Indicou ainda que o documento contempla projetos e potenciais candidaturas ao PT2030, sendo por isso importante a sua aprovação célere para garantir enquadramento formal nas futuras submissões. Sublinhou que o processo envolveu cerca de 30 entidades e que, tal como noutros instrumentos estratégicos, serão futuramente apresentados os respetivos relatórios de execução e cumprimento das metas, permitindo o acompanhamento pela Assembleia Municipal e pela comunidade. ----------

---------- Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** afirmando que a Carta Educativa 2025-2035 é um instrumento estratégico robusto, baseado num diagnóstico aprofundado da realidade socioeducativa do concelho e orientado por planeamento, método e antecipação. Destacou que o documento integra dados demográficos, sociais e educativos, define orientações prioritárias para o reordenamento da rede escolar e articula diferentes horizontes temporais, assegurando coerência e complementaridade na organização do parque escolar. Sublinhou ainda o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, cuja composição plural reforça a legitimidade do processo. Referiu que a Carta prevê mecanismos de monitorização contínua e exige compromisso político para a sua execução. Concluiu afirmando que o documento representa um compromisso com as crianças, jovens, famílias e com o futuro do concelho, reiterando o apoio do partido socialista. ----------

---------- Solicitou a palavra o senhor **Óscar Brandão,** que após lhe ter sido concedida, iniciou a sua intervenção manifestando solidariedade para com o senhor Pedro Bastos relativamente ao episódio ocorrido anteriormente, considerando que a recusa da palavra constituiu uma prática inadequada e contrária ao funcionamento democrático habitual da Assembleia Municipal. Recordou que, ao longo de vários mandatos, nunca tinha assistido a situação semelhante e defendeu que todos os deputados devem poder exercer plenamente o seu direito de intervenção. ----------

---------- Passando ao ponto da Carta Educativa, referiu que acompanhou de perto a elaboração e execução da anterior Carta Educativa, aprovada por unanimidade, e destacou que, ao longo dos anos, encerraram cerca de 50 escolas do 1.º ciclo no concelho. Considerou que o encerramento de escolas representa a perda de vitalidade das aldeias e resulta de políticas erradas, tanto de sucessivos governos como de municípios que, no seu entendimento, deram anuência a esses processos. Defendeu que o encerramento das escolas não foi inevitável, mas consequência da ausência de uma estratégia integrada nas áreas da educação, inclusão, emprego e diferenciação territorial. Afirmou que a Carta Educativa agora apresentada não projeta caminhos novos,

limitando-se a justificar opções do passado, e que governar implica criar alternativas e não apenas aceitar a inevitabilidade dos números. Concluiu lamentando que o documento não traduza uma visão política transformadora para o futuro do concelho. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta reiterou que as intervenções anteriores se centraram no passado, enquanto o documento em apreciação — a Carta Educativa — é um instrumento estratégico orientado para o futuro. Sublinhou que a Carta não prevê nem determina o encerramento de escolas, mas projeta o desenvolvimento educativo do concelho com base num diagnóstico participado, envolvendo cerca de 30 entidades. Reforçou que o documento identifica necessidades, define orientações e estabelece uma visão prospetiva para o município, não constituindo uma análise retrospetiva. ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Pinho** reiterando que o diagnóstico e a análise do passado são fundamentais para o planeamento estratégico, não devendo a Carta Educativa ser dissociada desse enquadramento. Considerou que a senhora Presidente desvaloriza essa dimensão, devendo pronunciar-se sobre as observações apresentadas. Referiu ainda que, na sua perspetiva, a Carta foi apresentada sobretudo como um instrumento habilitante para candidaturas e financiamento, o que qualificou como uma visão redutora da política educativa municipal. ----------

----------É dada novamente a palavra à senhora **Presidente da Câmara** reiterando que a Carta Educativa é um documento estratégico orientado para o futuro, construído com base na realidade atual e numa análise SWOT, identificando pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Sublinhou que o plano define oito eixos estratégicos — ensino profissional, formação e educação não formal, transportes, transição digital, infraestruturas, saúde mental e emocional, inclusão e identidade territorial — e que, para cada eixo, estão definidos desafios, objetivos e ações-chave. Reforçou que o documento prevê mecanismos de monitorização contínua, permitindo ajustar medidas sempre que se verifiquem desvios face às metas estabelecidas. Concluiu afirmando que a Carta identifica de forma rigorosa as necessidades atuais e projeta o futuro da educação no concelho. ----------

----------Solicita novamente a palavra a senhora **Fátima Pinho,** que após lhe ser concedida, manifesta desagrado pela forma como a Mesa interpretou a sua intervenção anterior, considerando pouco democrático ter de justificar o sentido das suas intervenções. Relativamente ao conteúdo da Carta Educativa, afirmou que o diagnóstico e a análise do passado são essenciais para o planeamento estratégico e que a senhora Presidente não deve desvalorizar essa dimensão. Expressou particular preocupação com o ensino profissional, questionando como será assegurada a adequação da formação às necessidades reais do mercado de trabalho. Sublinhou que mais importante do que obras ou intervenções físicas é clarificar como serão concretizados os eixos estratégicos definidos no documento e de que forma se pretende alcançar os objetivos estabelecidos.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclarece que a Carta Educativa identifica de forma clara os principais desafios do ensino profissional, incluindo a perceção negativa, os níveis de retenção e abandono e o desalinhamento entre a oferta formativa e o mercado de trabalho. Recordou que a definição da oferta não depende do município, mas das entidades reguladoras, embora o município participe no processo. Sublinhou que o documento estabelece objetivos para reforçar a empregabilidade dos jovens, melhorar a orientação vocacional e ajustar a formação às necessidades do território. Referiu ações previstas como experiências de trabalho no 3.º ciclo, iniciativas de empreendedorismo, visitas a empresas e instituições de ensino superior e o contributo do Centro Tecnológico Profissional da ESA para facilitar mini-estágios. Concluiu afirmando que este eixo é determinante para aproximar a oferta da procura e para valorizar o ensino profissional junto dos alunos e das famílias. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa colocou o documento à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com doze abstenções. ----------

---------- **3.4 – APOIO ÀS FREGUESIAS – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:** ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa dá a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que esclarece e apresenta este assunto explicando que este apoio visa permitir a cedência de equipamentos municipais às juntas de freguesia. Refere que esta medida coloca meios e recursos adicionais ao dispor dos Senhores Presidentes de Junta, permitindo intervenções mais rápidas e eficazes na manutenção das vias municipais, espaços públicos e parques. Sublinha que o município continua, assim, a reforçar o compromisso com as freguesias e a valorização do poder local. ----------

---------- Interveio o senhor **Artur Miler** declarando voto favorável ao protocolo, mas lamentando que a minuta apresentada contenha referências desatualizadas, nomeadamente ao mandato de 2017, o que considera demonstrar falta de revisão e repetição de procedimentos. Refere que decorreram quatro meses até à votação e que esse período deveria ter sido aproveitado para reunir com os Presidentes de Junta e melhorar o documento. Reconhece a utilidade do protocolo para apoiar as freguesias, mas criticou a ausência de atualização e reflexão crítica sobre o modelo existente. ----------

---------- Concedida a palavra a senhora **Presidente da Câmara** esclarece que o protocolo corresponde à renovação de um instrumento já em vigor e que, com a mudança de mandato, tem obrigatoriamente de ser submetido à Assembleia, dado que a adesão é facultativa para cada Junta. Informa que tem reunido com os senhores Presidentes de Junta e que o município está a estudar soluções estruturadas para reforçar recursos, melhorar a manutenção das vias e reorganizar as Unidades Locais de Proteção Civil. Sublinha que estas matérias exigem tempo e serão desenvolvidas de forma articulada com as freguesias. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** declarando voto favorável ao protocolo, mas apresentando várias reservas e sugestões de melhoria. Recordou que, no mandato anterior, votou contra por falta de revisão do documento e apontou que persistem problemas, como redações pouco claras sobre o uso dos equipamentos fora do horário municipal, critérios de prioridade entre freguesias sem definição temporal, ausência de mecanismos formais para verificar a habilitação dos operadores e falta de critérios técnicos para apurar responsabilidades por danos. Questionou ainda se existem garantias formais da seguradora quanto à cobertura de responsabilidade civil, acidentes de trabalho e danos a terceiros quando os equipamentos são usados por trabalhadores externos ou fora do horário municipal. Assinalou também a ausência de procedimentos operacionais, como autos de entrega e receção. ----------

----------Concluiu afirmando que apoia o reforço das freguesias, mas considera que o modelo apresentado é provisório e não substitui uma verdadeira delegação de competências com meios próprios e autonomia efetiva.

----------Em resposta e após lhe ter sido dada a palavra**,** a senhora **Presidente da Câmara** registou as observações apresentadas, reconhecendo que são legítimas, mas esclareceu que o protocolo submetido à votação é o mesmo que tem funcionado ao longo dos mandatos anteriores, permitindo às juntas de freguesia realizar intervenções necessárias nas vias e espaços públicos. Sublinhou que cabe à Assembleia decidir se pretende aprovar o documento ou remetê-lo para análise adicional. ----------

----------Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** que afirmou partilhar algumas das preocupações já levantadas, reconhecendo que o protocolo valoriza a proximidade das juntas de freguesia, que conhecem melhor as necessidades concretas do território. Destacou, contudo, que muitas freguesias não dispõem de meios técnicos próprios, sendo positiva a cooperação do município. Relativamente ao regime de utilização dos equipamentos, referiu a regra que impede o uso durante o horário normal dos serviços municipais. Embora compreenda a intenção de proteger a programação interna, considerou que esta limitação pode ser demasiado rígida e, por vezes, contraproducente. Defendeu que seria mais adequado garantir a compatibilidade com a organização dos serviços, em vez de restringir o horário de forma absoluta, evitando prejuízos para o interesse municipal. Assinalou que o próprio protocolo admite exceções, mas que uma clarificação adicional poderia evitar disfunções. ----------

----------Concluiu que o protocolo reforça a cooperação institucional e merece apoio, mas pode ser aperfeiçoado para se tornar mais flexível, ajustado à realidade e eficaz na resposta às populações. Sublinhou que o papel da Assembleia é melhorar soluções e não criar entraves, defendendo que o documento deve ser calibrado para melhor servir o concelho e as suas freguesias. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** reiterou que o protocolo em apreciação foi elaborado pelos serviços jurídicos, podendo ser alterado e ajustado sempre que necessário. Sublinhou, contudo, que a existência deste instrumento é condição necessária para a cedência de equipamentos às freguesias. ------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão** que iniciou a sua intervenção distinguindo a posição da bancada do PSD da sua posição pessoal. Informou que o PSD votaria favoravelmente o protocolo, embora recordasse que este modelo existe desde o primeiro mandato do anterior Presidente da Câmara e que, a título pessoal, sempre lhe suscitou reservas, razão pela qual nunca o votou favoravelmente. Defendeu que o protocolo evidencia a necessidade de uma verdadeira delegação de competências entre o município e as juntas de freguesia, prevista na legislação desde 2019, mas que, no seu entendimento, nunca foi concretizada pela Câmara Municipal, que considera manter uma postura centralizadora. Entendeu que as freguesias deveriam ser dotadas de meios próprios, à semelhança do que acontece noutros municípios, evitando a dependência permanente da autorização municipal para executar tarefas básicas.----------

---------- Apresentou declaração de voto, justificando a sua abstenção, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Reconheceu que a intenção de apoiar as freguesias é positiva, mas considerou que o protocolo é uma medida avulsa, sem um plano estruturado de capacitação das juntas nem critérios claros de afetação de recursos. Alertou ainda para riscos financeiros e operacionais decorrentes da transferência de responsabilidades sem os meios adequados, defendendo a necessidade de uma verdadeira descentralização de competências prevista na lei.----------

---------- Em resposta e após lhe ter sido dada a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** recordou que o Município de Arouca transfere anualmente 450 mil euros para as juntas de freguesia, valor inscrito nas Grandes Opções do Plano e que, segundo afirmou, não é prática comum na maioria dos municípios. Acrescentou que este apoio financeiro complementa a cedência de maquinaria, necessária para que as freguesias desenvolvam o seu trabalho, reconhecendo, ainda assim, que poderá não ser suficiente. Referiu que existem municípios que avançaram com processos de descentralização e que hoje manifestam vontade de recuar, defendendo que estas matérias devem ser tratadas com prudência. Reafirmou que não atuará por pressão política e que quaisquer alterações estruturais só serão feitas quando estiverem devidamente estudadas e trabalhadas com os senhores Presidentes de Junta. ----------

---------- Interveio o senhor **Vasco Portugal** afirmando estranhar que, após vários anos de aplicação e identificação de fragilidades, o protocolo seja apresentado sem qualquer atualização. Considerou que o modelo resulta da falta de descentralização de competências e da insuficiência de meios das freguesias, que ficam dependentes do município. Manifestou ainda discordância quanto à limitação de utilização dos equipamentos fora do horário normal dos serviços municipais, por poder obrigar trabalhadores a atuar fora de horas. Defendeu a criação de uma bolsa de equipamentos com operador próprio e um regulamento claro e justo. Anunciou o voto contra, por entender que o apoio às freguesias deve ser reforçado e melhor enquadrado. ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miler** fazendo um reparo à forma como a senhora Presidente respondeu às intervenções anteriores, afirmando que a postura transmitiu a ideia de que não havia abertura para trabalhar melhorias ao protocolo. Defendeu que os deputados estão na Assembleia para contribuir e construir soluções. --

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta respondeu que a sua intervenção anterior foi feita em tom descontraído e que não havia motivo para tensão. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, registando-se três votos contra e duas abstenções. ----------

----------3.5 – LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE S. DOMINGOS – FASE 2 – DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO: ----------

----------O senhor Presidente da Mesa pôs o assunto à discussão não havendo intervenções. ----------

----------Passou-se de seguida à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, registando-se uma abstenção.----------

----------3.6 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO – DECLARAÇÃO:----------

----------Solicitou intervenção o senhor **Pedro Bastos,** que após lhe ter sido concedida, apresentou um conjunto de questões de natureza financeira, solicitando esclarecimentos sobre o prazo médio de pagamento do município aos fornecedores, a recuperação dos recebimentos em atraso, os procedimentos internos de cobrança, a antiguidade das dívidas e os critérios para eventual cobrança coerciva. Questionou ainda a venda de terrenos no valor de 110.000 euros, pedindo informação sobre a natureza das operações e diligências efetuadas. Referiu também a inexistência de registo centralizado dos compromissos plurianuais, pedindo explicações sobre a impossibilidade técnica e sobre os mecanismos alternativos utilizados pelo município para garantir o controlo desses compromissos. Por fim, perguntou qual o valor estimado das receitas fiscais em atraso não refletidas na declaração. Sublinhou que todas as questões visam assegurar transparência e rigor na gestão municipal.---------

----------Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** respondeu que as questões apresentadas são de natureza técnica e, não estando presentes os serviços competentes, não prestaria respostas imediatas para evitar imprecisões. Solicitou à Mesa que o senhor Pedro Bastos entregue todas as questões por escrito, comprometendo-se a fornecer resposta igualmente por escrito, de forma completa e rigorosa. Acrescentou que o município cumpre os procedimentos legais aplicáveis e reafirmou que não tem pagamentos em atraso. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa solicitou a entrega das questões por escrito, para posterior resposta da Câmara Municipal.----------

----------3.7 – INFORMAÇÃO DA SR.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentar o documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata a ela ficando anexo, destacando o avanço das principais obras e projetos municipais, nomeadamente o Parque de Saúde de Arouca, o Casarão da Escola Secundária, a Quinta do Cerrado com habitação a custos controlados e a requalificação paisagística e urbanística de Rio de Frades, bem como a fase final da Biblioteca Municipal. Referiu ainda o lançamento do projeto musical para a infância "Dó Ré Mi" e o impacto positivo da campanha "Compre em Arouca". Assinalou o trabalho das Corporações de Bombeiros, Proteção Civil, Serviços Municipais e Juntas de Freguesias na resposta às tempestades ocorridas nesse período. Concluiu que o documento descreve de forma detalhada a atividade municipal e manifestou disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais. ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho** reconhecendo a boa organização do relatório, mas considerou-o excessivamente descritivo e pouco orientado para resultados, apontando a ausência de métricas, prazos, custos, graus de execução e avaliação de impactos sociais. Colocou questões específicas sobre a Biblioteca Municipal, o Complexo Desportivo de Escariz, o projeto da Escola Básica e Secundária de Escariz e a venda de lotes da Quinta do Cerrado, pedindo esclarecimentos sobre prazos, estados de execução e previsão de novas hastas públicas. ----------

---------- Em resposta e após lhe ter sido dada a palavra, a senhora **Presidente da Câmara**, refere que podem existir lapsos no documento devido ao volume de trabalho das equipas, mas sublinhou que o relatório reflete obra efetivamente em curso. Recordou que a venda de lotes segue regulamentos aprovados pela Assembleia e que a informação técnica detalhada consta dos anexos. Informou que a Biblioteca Municipal deverá reabrir em março, que o Complexo Desportivo de Escariz avança a bom ritmo e que o projeto da Escola de Escariz se encontra na fase final. Reafirmou disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais. ----------

---------- Volta a intervir a senhora **Fátima Pinho** esclarecendo que não questionou as regras aplicáveis à venda dos lotes da Quinta do Cerrado, mas sim o impacto da hasta pública já realizada, nomeadamente quantas famílias e pessoas foram abrangidas. Reiterou a necessidade de conhecer os resultados concretos das políticas públicas. Sobre a Biblioteca Municipal, pediu confirmação de que a reabertura ocorrerá antes do verão. Relativamente à Escola Básica e Secundária de Escariz, afirmou que continua sem resposta objetiva sobre a conclusão do projeto de execução, sublinhando que tem questionado repetidamente este ponto e que pretende uma data concreta para a sua finalização, dada a importância da obra para a comunidade. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** esta respondeu que o impacto das medidas será apresentado quando existir o quadro completo de execução e resultados, não sendo possível fazê-lo neste momento. Acrescentou que, relativamente às restantes questões colocadas, nada tinha a acrescentar além do que já havia referido anteriormente. ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miler,** reconhecendo melhorias no relatório, mas considerando que continua a faltar informação que permita avaliar a execução municipal, defendendo a inclusão de dados comparativos, taxa de execução orçamental e indicadores que permitam medir resultados. Refere também que, na Proteção Civil, além da descrição das ocorrências, deveriam existir metas e planeamento plurianual. Colocou questões sobre a possibilidade de financiamento comunitário para a ampliação do edifício dos Paços do Concelho; a necessidade de intervenção no troço Abelheira – Alagoas – Escariz da EM 519; a comunicação tardia à Infraestruturas de Portugal sobre o estado da EN 224 Chão de Ave – Carregosa; a insuficiência da taxa de cobertura de saneamento e a razão de se manter a comparação com 2017 em vez de 2021. Referiu ainda dados relativos ao posto de turismo, que colocam a rede de transportes UNIR como principal motivo de contacto, confirmando preocupações já anteriormente manifestadas.----------

----------Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** informou que o projeto de ampliação e reabilitação energética do edifício será apresentado numa próxima reunião, esclarecendo que o financiamento é apenas parcial e que qualquer recurso a financiamento adicional terá de ser autorizado pela Assembleia. Relativamente às acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, referiu que o procedimento lançado ficou deserto. ----------

----------Sobre a EN 224, afirmou que a reparação compete à Infraestruturas de Portugal e que o município já reforçou essa necessidade junto da entidade. Quanto ao troço Abelheira–Alagoas–Escariz, explicou que o projeto da variante interna está em desenvolvimento e que a definição de condicionantes ainda será discutida antes de deliberação.----------

----------Relativamente à água e saneamento, reconheceu que ainda há metas exigentes a cumprir e que o município tem pressionado a Águas do Norte para acelerar projetos e garantir financiamento, dado o elevado custo dos investimentos. Sobre os apoios sociais, esclareceu que são aprovados em reunião de Câmara, com anonimização dos beneficiários. Destacou ainda o esforço municipal para manter o serviço de venda e renovação de cartões UNIR, que também serve concelhos vizinhos. Concluiu afirmando que respondeu às questões colocadas.---- ----------

----------Interveio novamente o senhor **Artur Miler** para assinalar que os dados da Loja Interativa de Turismo podem ficar distorcidos, uma vez que muitos atendimentos dizem respeito a serviços não diretamente ligados ao turismo. Solicitou ainda esclarecimentos sobre uma notícia divulgada como "última hora", relativa a um alegado parecer desfavorável da Câmara Municipal sobre a central fotovoltaica. ----------

----------Em resposta e após ter a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que a Loja Interativa de Turismo presta também funções sociais e culturais, justificando o volume de atendimentos registado. Quanto à central fotovoltaica, afirmou desconhecer a notícia, mas confirmou que a Câmara deliberou por

unanimidade um parecer técnico preliminar, baseado na informação dos serviços, que identifica potenciais impactos territoriais, paisagísticos e estratégicos. Esclareceu que este parecer não decide a viabilidade do projeto, remetendo essa avaliação para o futuro Estudo de Impacte Ambiental, e que, de acordo com o PDM, a instalação só poderá avançar se for demonstrada a inexistência de prejuízos relevantes para o território. Assim, face à informação atualmente disponível, a orientação municipal é desfavorável à implantação do projeto na configuração apresentada, mantendo-se o Município a acompanhar o processo com rigor técnico. ----------

---------- Solicita novamente a palavra o senhor **Artur Miler,** que após lhe ser concedida, alerta para a notícia divulgada pela Lusa que apresentava o parecer da Câmara sobre a central fotovoltaica como "negativo", o que, no seu entender, não refletia com precisão a posição explicada na Assembleia. Considerou importante que o Município esclareça a comunicação social para evitar interpretações incorretas.----------

---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, respondeu que a frase citada pela Lusa corresponde a um excerto literal da deliberação aprovada, reconhecendo que os jornalistas tendem a destacar os elementos mais noticiosos. Reiterou que o parecer emitido é técnico e preliminar, identifica potenciais impactos e não decide a viabilidade do projeto, que dependerá do Estudo de Impacte Ambiental e das entidades competentes, como a Direção-Geral de Energia e Geologia e a APA. Sublinhou que o Município exige rigor técnico e estudos aprofundados antes de qualquer decisão final. ----------

---------- Interveio também sobre este tema o senhor **Presidente da Mesa**, Afonso Portugal, que considerou que, dada a relevância do projeto, teria sido importante que a informação tivesse sido previamente apresentada à Assembleia Municipal, por ser o órgão mais representativo. Defendeu que matérias desta natureza devem permitir a pronúncia dos membros da Assembleia, sublinhando igualmente preocupações com a preservação da paisagem e o impacto no território. Concluiu que, tratando-se de um projeto com potencial interesse europeu, se justifica que a Assembleia seja ouvida. ----------

---------- Interveio seguidamente o senhor **José Maria Ribeiro**, solicitando esclarecimentos sobre a requalificação de um imóvel situado na estrada entre a rotunda da Petro-Variante e Figueiredo. Referiu que o passeio construído pela Câmara termina diretamente na parede da casa, criando um ponto de conflito para peões e veículos numa via já estreita. Questionou se, aquando do pedido de licenciamento da obra, o Município promoveu alguma reunião com o proprietário para avaliar a possibilidade de recuar a parede, eventualmente mediante contrapartidas. Caso tal não tenha ocorrido, perguntou por que motivo não foi ponderada a expropriação, atendendo ao interesse público e às condições de segurança do local.----------

---------- Dada a palavra á senhora **Presidente da Câmara** e sobre a intervenção do Deputado José Maria Ribeiro esta solicita que lhe faça chegar a questão por escrito e que dará também resposta por escrito. ----------

----------Interveio novamente o senhor **José Maria Ribeiro**, manifestando forte preocupação com o decorrer da sessão, afirmando que algumas situações ocorridas lhe suscitaram dúvidas quanto ao respeito pelos procedimentos democráticos. Contestou a afirmação de que um deputado não teria tempo para intervir e defendeu que as declarações de voto podem ser apresentadas oralmente. Considerou que a condução dos trabalhos foi inadequada e criticou o silêncio dos deputados do partido socialista perante o que classificou como um episódio grave no funcionamento democrático da Assembleia. ----------

----------Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo**, afirmando que a bancada do partido socialista não aceita lições de democracia de ninguém. Esclareceu que o que ocorreu na sessão resultou de uma discussão entre membros da Assembleia e o Presidente da Mesa, não cabendo ao partido socialista tomar posição sobre esse momento. Reforçou que o PS defende e continuará a defender os princípios democráticos nesta Assembleia.

----------3.8 – REGIMENTO – ALTERAÇÃO E APROVAÇÃO: ----------

----------Solicita a palavra o senhor **Óscar Brandão** que defendeu o adiamento da discussão do regimento, em particular da proposta relativa à intervenção do público, por considerar que o tema é sensível e exige reflexão serena, o que o ambiente da sessão não permitia. Assinalou que o adiamento permitiria um debate mais ponderado na próxima reunião. ----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** acrescentou que, em revisões anteriores, já se tinha concluído ser benéfico manter a intervenção do público no início da sessão, atendendo às necessidades dos munícipes, mas reconheceu que existem várias propostas em análise, justificando a necessidade de a Assembleia se pronunciar sobre o adiamento.----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** da Assembleia coloca à votação, por braço no, o adiamento deste assunto para a próxima reunião, o qual foi aprovado por unanimidade.----------

----------Volta a solicitar intervenção o senhor **Óscar Brandão**, que após concedida, sugere que, à semelhança de mandatos anteriores, fosse criada uma comissão para analisar em conjunto todas as propostas de alteração ao regimento, permitindo que o ponto regressasse à Assembleia já devidamente trabalhado por todas as bancadas. Considerou que tal facilitaria o processo e garantiria que todos os partidos fossem envolvidos.

----------O senhor **Presidente da Mesa** respondeu que a questão já tinha sido abordada anteriormente em Assembleia e que os esclarecimentos necessários foram oportunamente prestados, incluindo ao CDS, que teve possibilidade de se pronunciar sobre a matéria. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos**, afirmando que, no processo relativo às propostas de alteração ao regimento, não foi aplicado o mesmo critério a todas as bancadas. Referiu que alguns partidos teriam sido contactados diretamente, enquanto outros apenas foram informados em sessão, considerando que tal representava um tratamento desigual.----------

---------- Solicita a palavra a 1.ª Secretária da Mesa, senhora **Regina Fontes**, esclarecendo que, na reunião anterior, o senhor Presidente da Mesa lhe tinha atribuído a responsabilidade de recolher as propostas de alteração ao regimento. Confirmou ter contactado o senhor Óscar Brandão por este ter manifestado intenção de apresentar alterações, solicitando-lhe o envio das propostas por e-mail para integração no documento. Afirmou que não houve qualquer tratamento diferenciado entre bancadas e rejeitou que lhe fossem atribuídas intenções ou procedimentos incorretos, apelando a maior empatia e seriedade no funcionamento da Assembleia.----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** acrescentou que, na sessão anterior, tinha solicitado a todos os deputados que enviassem as propostas por escrito, conforme consta da ata da reunião anterior, recordando que tal foi dito de forma pública e geral. Informou ainda que, após receber o e-mail com as propostas, respondeu de imediato e tratou dos procedimentos necessários. Considerou o assunto esclarecido. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **Pedro Bastos**, esclarecendo que não atribuiu intencionalidade ou discriminação ao contacto feito pela Mesa, mas apenas assinalou que esse contacto ocorreu com o PSD e não com o CDS. Explicou que foi informado de que o PSD teria sido interpelado sobre eventuais alterações ao regimento, enquanto o CDS não recebeu igual abordagem, o que considerou ser o problema que pretendia destacar. ----- ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA**:----------

---------- Após leitura, posta à votação, por braço no ar, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão às 19 horas e vinte minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim, Sónia Pinho, que a redigi e a subscrevo. ----------